

Em busca da cidadania

Nesta aula

Em aulas anteriores, você percebeu que a vida política na Primeira República baseava-se fundamentalmente nos acordos entre os diversos grupos oligárquicos. Não havia grande interesse em assegurar espaços políticos para a maioria da população. Apesar disso, ocorreram diversos movimentos populares na cidade e no campo, que apresentaram diferentes formas de atuação frente à República Oligárquica. Nesta aula estudaremos alguns dos movimentos mais importantes.

Os movimentos sociais urbanos

No final do século XIX e no início do século XX, a indústria já era uma realidade marcante em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Parcela considerável dos trabalhadores das indústrias – o operariado – era proveniente das camadas mais pobres da população urbana.

Como a Constituição de 1891 concedia o direito de voto apenas aos brasileiros natos e alfabetizados, a grande maioria do operariado – formado por estrangeiros imigrantes e/ou analfabetos – ficava excluída da participação nas eleições.

O Viaduto do Chá e o Teatro Municipal mostravam o desenvolvimento de São Paulo.



Buscando reagir a essa situação, os trabalhadores se organizaram e se rebelaram em defesa de seus direitos, em movimentos nem sempre vitoriosos. No espaço da cidade, sua posição era a de personagens políticos em busca da conquista da cidadania.

O primeiro partido operário do Brasil surgiu em fevereiro de 1890, no Rio de Janeiro, numa reunião com cerca de 120 trabalhadores, que decidiram editar o jornal **Echo Popular** (echo = eco). No Sul, no Norte, no Nordeste, nessa mesma época, formavam-se diversos núcleos e grupos socialistas que se autodenominavam **partidos** e que publicavam vários jornais operários.

Entre 1890 e 1910, surgiram dezenas de organizações socialistas em várias regiões do país, mas todas tiveram vida curta. Não existia uma tendência majoritária que fosse capaz de reunir os diferentes grupos.

Os primeiros anos do século XX representaram o início da ascensão do movimento operário no Brasil, com o aumento do número de greves, o aparecimento dos primeiros sindicatos e o fortalecimento de novos grupos políticos, em especial os anarquistas. Esses grupos tornaram-se uma tendência majoritária no conjunto do movimento operário de certas cidades, no estado do Rio de Janeiro e, principalmente, no de São Paulo. Os anarquistas, imigrantes ou brasileiros, eram defensores das idéias e das práticas libertárias.

Mas, afinal, o que é ser anarquista?

Ser anarquista é negar e combater a autoridade do Estado ou qualquer forma de poder ou organização que represente o Estado; é ter uma atitude libertária individual. Os anarquistas desejavam criar uma sociedade igualitária e fraterna, baseada em experiências do tipo comunitário, a exemplo de cooperativas. Para isso, era necessário organizar os trabalhadores, de forma voluntária, em associações que garantissem participação e que tivessem níveis de autonomia entre si.

Numa República que ignorava os operários como agentes políticos, a liderança anarquista tentava ignorar o Estado. Dentro da corrente anarquista, os anarco-sindicalistas viam o **sindicato** como meio e fim da ação libertária e a greve geral como a arma decisiva, capaz, por si só, de fazer surgir a nova sociedade igualitária. Portanto, a luta dos anarquistas era uma luta política em busca de novas formas de organização da sociedade.

No Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, no Rio de Janeiro, os anarco-sindicalistas dominaram a cena, aprovando a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) contra a proposta dos delegados socialistas de criar um partido. Ao mesmo tempo, aprovaram a campanha de agitação imediata **contra o serviço militar e pela jornada de trabalho de 8 horas diárias**. Começava a se desenhar a presença marcante dos anarquistas na direção do movimento operário. A partir de então, os sucessos e insucessos desse movimento teriam sempre a marca do anarquismo.

As comemorações do 1º de Maio de 1907, em São Paulo e em outras cidades, resultaram numa série de lutas pela jornada de 8 horas de trabalho diário e por melhores condições de trabalho e de vida para os operários.

Depois de um período de declínio do movimento, o ano de 1912 seria marcado por várias greves por causa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores. Em São Paulo, no mesmo ano, anarquistas e socialistas criavam o **Comitê de Agitação Contra a Carestia da Vida**, que realizava comícios em vários bairros operários.

Nos meses de junho e julho de 1917, uma greve geral paralisou completamente a cidade de São Paulo, colocando frente a frente o movimento operário (que era organizado principalmente pelas lideranças anarquistas) e os setores dominantes (que representavam a repressão do Estado). De um lado, 50 mil grevistas armados com pedras e protegidos por barricadas; de outro, tropas armadas com fuzis e metralhadoras.

A greve ganhara dimensões maiores, incorporando outros setores populares. Anarquistas e Governo foram forçados à negociação. Depois, a repressão foi intensificada. A polícia de São Paulo fechou todas as sedes das ligas e uniões operárias da cidade. Entre 1919 e 1920, diversos militantes operários anarquistas foram deportados para seus países.

Apesar disso, na década de 1920 (que estudaremos no próximo módulo), os trabalhadores urbanos e o movimento operário continuariam no centro da chamada **questão social**.



**A imprensa
brincava com a
obrigatoriedade da
vacinação.**

A revolta da vacina

O Rio de Janeiro do começo do século, sede do governo, era uma cidade “bonita e envolvente como uma mulher apaixonada”, nos dizeres de Benjamin Constant. Mas apresentava muitos problemas com suas doenças, suas ruas estreitas e sua “massa desordeira”, que exigiam alguma adaptação aos novos tempos. Aquela cidade era o Rio de Janeiro popular, repleto de mercados, biscates e pequenos expedientes para a sobrevivência cotidiana. Para as autoridades, era uma realidade que precisava ser mudada. Precisava-se modernizar a capital da República, apagando da cidade os traços dos tempos coloniais.

Junto com a remodelação urbanística da cidade, o governo Rodrigues Alves (1902-1906) desenvolveu um programa de saneamento destinado a livrar a população de doenças, como a peste bubônica e a varíola.

No final de outubro de 1904, por iniciativa de Oswaldo Cruz, Diretor da Saúde Pública, o Congresso Nacional aprovou a lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. A medida tornava-se urgente em função do avanço da epidemia na cidade: o total de mortos pela varíola alcançou o número de 4.201 naquele mesmo ano.



Oswaldo Cruz foi ridicularizado em várias caricaturas da época.

Para iniciar a vacinação obrigatória faltava apenas a aprovação do regulamento proposto pelo governo ao Congresso Nacional. Os grupos de oposição, que discordavam do caráter obrigatório da vacinação, passaram a denunciar na imprensa os termos do regulamento, que permitia aos funcionários do governo invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções. Não seriam permitidos recursos à Justiça.

Em importantes jornais da cidade, a oposição denunciava a “ditadura sanitária” e pregava a suspensão daquela “lei arbitrária e monstruosa”.

A população temia os efeitos de uma vacina que pouco conhecia e estava revoltada com os métodos pelos quais as autoridades propunham desenvolver aquele programa de saneamento.

Não tardou muito e, no dia 10 de novembro de 1904, explodia no Rio uma revolta popular contra a obrigatoriedade da vacina e contra as medidas oficiais de saneamento. Durante mais de uma semana, as ruas da capital encheram-se de barricadas. Bondes foram incendiados, lojas depredadas e saqueadas, postes de iluminação destruídos. As autoridades perderam temporariamente o controle da situação na região central e nos bairros mais densamente habitados por grupos populares.

Quem eram os revoltosos?

A composição da população rebelada, que variou de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, reunia operários, inclusive do estado (como marítimos e trabalhadores dos transportes urbanos), líderes anarquistas e socialistas, comerciantes, estudantes, militares e aqueles setores identificados pelos poderes oficiais como os “desordeiros” – capoeiras, desempregados, vadios, jogadores. Isto é, um exército de “excluídos” ou “deserdados” que representavam uma boa parcela da população.

A presença dos trabalhadores organizados, no entanto, foi significativa pelo esforço de mobilização do **Centro das Classes Operárias**, onde se reunia a **Liga Contra a Vacina Obrigatória**.

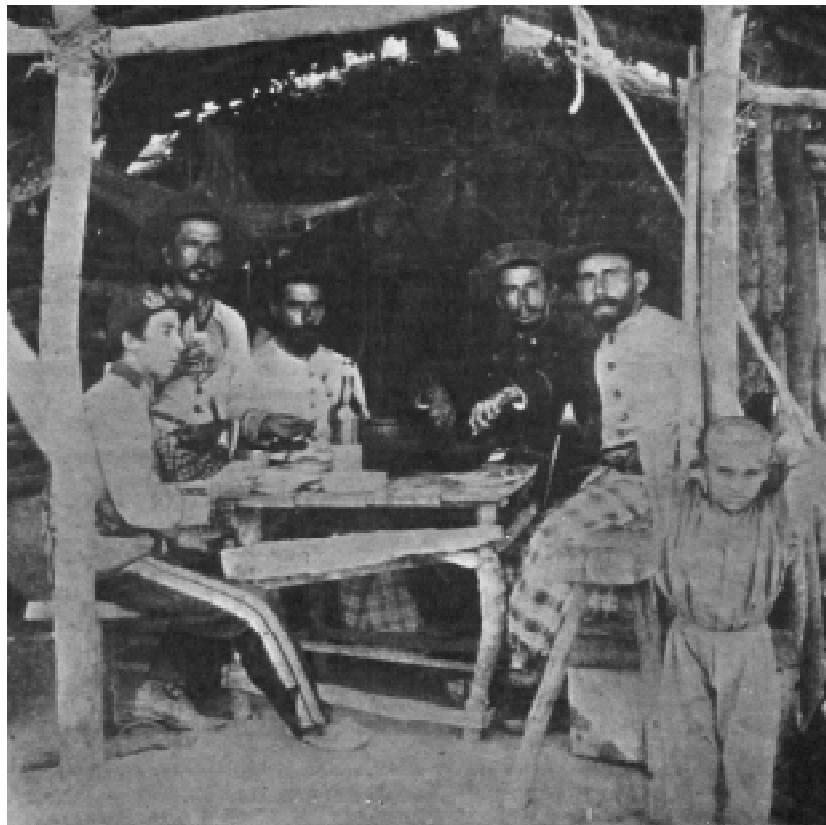
O governo agiu rapidamente contra a revolta. A polícia e tropas do Exército, da Marinha e dos Bombeiros enfrentaram a resistência da população em bairros populares do Rio de Janeiro, como a Saúde e o Sacramento.

Após retomar o controle da cidade, o governo prendeu centenas de pessoas e as despachou para o Acre, onde seriam submetidas a trabalhos forçados. Segundo dados policiais, a Revolta teve 90 baixas entre os revoltosos: 23 mortos e 67 feridos. Do total, 36 eram operários. A obrigatoriedade da vacina foi, porém, temporariamente revogada.

Movimentos sociais rurais

A presença política dos setores populares durante a Primeira República não se limitou a movimentos organizados dos trabalhadores urbanos e a outras diversas manifestações de resistência que tiveram como palco a cidade. Na área rural, os setores populares também se manifestaram de alguma forma.

No final do século XIX, entre 1895 e 1897, milhares de sertanejos liderados por Antônio Mendes Maciel, o **Antônio Conselheiro**, reuniram-se no interior da Bahia, numa fazenda abandonada que deu origem ao povoado de Belo Monte ou **Arraial de Canudos**.



Os revoltosos de Canudos eram uma ameaça aos "coronéis".

O que levava essa gente a se reunir em Canudos?

Entre outras razões certamente estavam a falta de perspectivas daqueles homens e mulheres, num mundo rural dominado pelos "coronéis", e as promessas de salvação feitas por Conselheiro. Para ele, a República era a raiz dos males que afligiam as populações sertanejas. Em Canudos, a propriedade era coletiva e não eram pagos impostos ao governo.

O crescimento e a organização dessa comunidade foi aos poucos incomodando os grandes proprietários rurais e o governo. Em 1897, forças militares leais ao governo, após três tentativas fracassadas e contando com milhares de homens, cercou o arraial, bombardeando-o durante horas seguidas. Seu líder foi morto e a população de Canudos, dizimada. Foi sobre esse episódio que Euclides da Cunha escreveu seu grande livro, **Os Sertões**.

Os problemas que impulsionaram Canudos e outros movimentos rurais não tiveram como palco apenas o Nordeste. No sul do país, do início do século XX, em torno da posse de uma região reclamada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná, ocorreu a **Guerra do Contestado**.

Na área contestada, rica em erva-mate e madeira, viviam milhares de pessoas que cultivavam a terra, sem o título de propriedade. Eram posseiros. Por volta de 1911, duas empresas estrangeiras, interessadas na construção de uma ferrovia e na instalação de serrarias, passaram a ocupar as terras com o apoio do governo e dos “coronéis”. Começava o processo de expulsão dos posseiros da região. Separados de suas terras, rejeitados pela população das cidades, eles perambulavam sem rumo pelo interior.

Nesse quadro, surgiram os “homens santos”, os “monges”, com os quais o povo ia procurar a solução para os seus males. Um desses “monges”, que atuavam também como curandeiros, era José Maria que dizia ser eleito por Deus para construir, na Terra, um reino divino: a “Monarquia Celeste”.

O centro das tensões era a região de Taquaruçu, onde estavam os escritórios de uma das empresas estrangeiras (*Brazil Railway*). A partir de 1912, algumas centenas de fiéis do “monge” José Maria fixaram-se ali, dando origem a uma “aldeia sagrada”.

Logo começaram as perseguições e os ataques do Exército, da polícia e dos jagunços dos “coronéis”, que obrigaram os fiéis a se dispersarem para o Irani, outra região contestada.

A morte de José Maria pelas forças governamentais fez com que seus seguidores se reunissem novamente em Taquaruçu. O grupo inicial de fiéis foi crescendo, tomando grandes proporções. Os rebeldes passaram a adotar medidas mais radicais, como o incêndio de estações e serrarias das empresas na região. Eles lutavam de forma muito violenta, como numa “guerra santa”, e assustaram as autoridades civis e militares da época.

Os ataques das tropas oficiais se sucederam e, no final de 1915, a rebelião sertaneja foi liquidada, restando apenas pequenos grupos esparsos. No ano seguinte, o último de seus líderes caiu prisioneiro.



Todos esses movimentos ocorreram na República das Oligarquias, que se mostrou incapaz de integrar os setores populares à vida política do país.

A década de 1920 anunciaria tempos de crise da República Oligárquica. Mas, apenas a partir da Revolução de 1930 seriam realizadas profundas reformas políticas, econômicas e sociais, que tiveram como um dos seus principais objetivos a incorporação das massas trabalhadoras ao projeto político do novo governo.

**O tempo
não pára**

Exercícios

Relendo o texto

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no vocabulário da Unidade ou no dicionário.

1. Releia ***Os movimentos sociais urbanos*** e ***Mas, afinal, o que é ser anarquista?*** e responda: Quem eram os anarquistas? O que eles defendiam?
2. Releia ***A revolta da vacina*** e extraia do texto trechos que caracterizem a cidade do Rio de Janeiro nos primeiros tempos da República.
3. Releia ***A revolta da vacina*** e ***Quem eram os revoltosos?*** e identifique os setores sociais envolvidos na rebelião.
4. Releia ***Movimentos sociais rurais*** e extraia do texto o trecho que trata da disputa pelas terras da Região do Contestado.
5. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Reproduzimos, abaixo, parte do discurso de um líder da Revolta do Contestado. Leia o documento com atenção e faça o que se pede.

Documento A

“ Vocês se acodem comigo para conseguir a cura de suas doenças, uma idéia, um conselho para seus padecimentos. As autoridades não fazem nada e não querem que ninguém faça (...) Eles têm cobiça por terras, por gente, por amigos e por compadres. Os mandões estão trazendo gente de lá de fora e dão tudo aos estrangeiros (...) Os gaviões estão chegando e querem os pintinhos. Aprontem-se que vai haver guerra feia.”

Discurso do Monge José Maria, líder do Contestado, citado na coleção ***Nosso Século***, Vol. 2, pág. 21

1. Retire do texto as expressões utilizadas pelo monge José Maria que correspondem aos seguintes agentes:
 - a) governo;
 - b) Brazil Railway;
 - c) coronéis;
 - d) sertanejos.
2. Tomando por base o texto da aula, explique o significado da frase: ***“Eles têm cobiça por terras”***.

Agora leia com atenção o memorial de reclamações apresentado pelo Comitê de Defesa Proletária (dos operários) durante a greve geral de 1917 e faça o que se pede.

Documento B

“É o seguinte o memorial de reclamações apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária e que o proletariado continua a sustentar.

Os representantes das ligas operárias, das corporações em greve e das associações político-sociais que compõem o ‘Comitê’ de Defesa Proletária, reunidos na noite de 11 de julho, depois de consultadas as entidades de que fazem parte, expondo as aspirações não só da massa operária em greve como as aspirações de toda a população angustiada por prementes necessidades, considerando a insuficiência do Estado no providenciar de outra forma que não seja pela repressão violenta, tornam públicos os fins imediatos que a atual agitação se propõe, formulando da maneira que segue as condições de trabalho que, oportunamente, serão examinadas nos seus detalhes:

- 1º Que sejam postas em liberdade todas as pessoas detidas por motivos de greve;*
- 2º Que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores;*
- 3º Que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista;*
- 4º Que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.;*
- 5º Que os trabalhadores com menos de 18 anos não sejam ocupados em trabalhos noturnos;*
- 6º Que seja abolida o trabalho noturno das mulheres;*
- 7º Aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados;*
- 8º Que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento;*
- 9º Que seja garantido aos operários trabalho permanente;*
- 10º Jornada de oito horas e semana inglesa;*
- 11º Aumento de 50% em todo o trabalho extraordinário.*

O ‘Comitê’ de Defesa Proletária crê haver encontrado o caminho para uma solução honesta e possível. Esta solução terá, certamente, o apoio de todos aqueles que não forem surdos aos protestos da fome.”

*“O que reclamam os operários”, A Plebe, nº 6, 21.7.1917, pág. 3 (AEL). Extraído do livro **A Classe Operária no Brasil 1889-1930**- Documentos, Vol. 1 (Org. Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Mall) Ed. Alfa Omega, SP, 1979.*

1. Retire do documento as reclamações que dizem respeito ao tratamento dispensado aos trabalhadores envolvidos em associações ou em movimentos operários.
2. Destaque as principais reclamações relativas ao trabalho de mulheres e crianças.

